



“A LITERATURA DEVERIA SER UMA ESPÉCIE DE GUIA AFETIVO DA CIDADE” – ENTREVISTA COM ROBERT MOSES PECHMAN

Roberto Moses Pechman
ENTREVISTA POR: **Tiago de Holanda Padilha Vieira***

* tiagohpadilha@gmail.com
Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Letras: Estudos Literários (Pós-Lit) da Faculdade de Letras da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Mestre pelo Pós-Lit.

Charles Baudelaire, Joaquim Manuel de Macedo, Rubem Fonseca, Manoel de Barros, João do Rio, Clarice Lispector, Italo Calvino. Esses são alguns dos nomes que compõem o variegado tecido de cidades (e) escritas urdido nas pesquisas de Robert Moses Pechman, em cujos trabalhos o interesse pela(s) cidade(s) também se volta a artes como a música, a pintura e o cinema. Graduado em História pela Universidade de São Paulo (USP), Pechman é mestre em Planejamento Urbano e Regional pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e doutor em História pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Na UFRJ, é professor do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional. O Rio de Janeiro, aliás, parece ser a cidade que mais frequenta suas reflexões, cujas questões

e referências teóricas às vezes não se vinculam, necessariamente, aos estudos literários. A tese construída na Unicamp originou o livro *Cidades estreitamente vigiadas: o detetive e o urbanista* (Cada da Palavra, 2002), precedido e seguido por outros livros, como *O chamado da cidade. Ensaios sobre a urbanidade* (Editora UFMG, 2014), este em co-autoria com Eliana Kuster.

Em artigos, livros e outros tipos de produção, Pechman louva a cidade, ou melhor, certo modo de concebê-la e vivê-la: como espaço “pactuado”, de convívio, hospitalidade, solidariedade, acolhimento das diferenças – termos usados por ele próprio. Também adverte para problemas que a têm desfigurado, des-urbanizado, reforçado o que

ele chama “cidade perversa”, “cidadela”, submetida a demolições capitalistas, à imposição de leis privadas, ao apelo por mais polícia, à expansão dos lugares cercados, dos condomínios fechados, das casas fortificadas. Pechman encontra, na criação literária, algumas ruas que (re)articulam a cidade e afastam-se – afastam-nos – da cidadela.

1. Suas publicações sobre questões concernentes à “cidade” incluem textos que se afastam, de algum modo, dos modelos comuns na produção acadêmica. Penso em “Nas frestas da cidade” (PECHMAN; FIRMO, 2020), coleção de “cenas urbanas” – como sugere o respectivo parágrafo introdutório – compostas de encontros entre poemas seus e fotografias de Walter Firmo. Também cito o ensaio “Cai a noite sobre a cidade – Imagens sorrateiras da urbe na pintura de Jan Siebert”, que parece instalar-se na noite, convocá-la, percorrê-la na companhia de outros(as) autores(as), reunindo a dicção crítica e a narrativa: “É noite na cidade...” (PECHMAN, 2018). Desse modo, suas reflexões expressam-se em conceitos, imagens, cenas... Como essa diversidade de escritas coopera para o desenvolvimento da sua indagação sobre cidade e literatura? Em sua produção, de que maneira várias escritas aproximam-se e dialogam?

Parto do princípio de que “Nada que é urbano me é estranho”. Assim, tudo que está sob os céus da cidade é humano e flexiona-se segundo a gama de afetos e racionalidades do homem. Daí a necessidade de convocar toda diversidade possível de experiências que podem nos ajudar a compreender o imponderável e a fragilidade da vida.

Você acertou na palavra que delineia minha abordagem da relação entre cidade e literatura: diversidade. Quando me envolvo num projeto de pesquisa e mesmo quando oriento trabalho de alunos, penso sempre, em vez de diminuir o escopo da pesquisa para fazer brilhar intensamente o objeto em análise e evitar “excessos”, em ampliar as ligações desse objeto de pesquisa com o mundo à sua volta. Assim sendo, vivo a pesquisa como um verdadeiro xadrez detetivesco procurando por pistas, as mais mínimas, que possibilitem algum tipo de ligação com o objeto do “crime”. Não à toa na minha tese de doutorado tem detetive xeretando a cidade, coisa que conjugo com o urbanista, esse obcecado por todo e qualquer, ia dizer crime, deslize da ordem urbana. Ora a diversidade abre a possibilidade de se entender, antes de tudo, o acontecimento urbano, a partir da percepção da fragilidade humana, tal a gama de afetos que pulsam com esse homem no convívio com os outros. Daí que a

diversidade nos acena com a possibilidade de enxergar o inesperado de nossa condição na cidade. Assim não há como não se deixar penetrar por essas diferentes possibilidades que a diversidade de abordagens sobre a cidade permite. Nesse sentido, por exemplo, posso tomar o poema de João Cabral de Melo, “Rios sem discurso”, para me indagar sobre o papel da linguagem na constituição de um conhecimento sobre como a cidade se conta sua história a partir daquilo que o rio “fala” com suas águas.

Como estamos cercados de cidades por todos os lados, não há como não imaginar como não articular uma crônica de Rubem Braga com um conto de Rubem Fonseca ou Sergio Sant’Anna. Nesse mundo tão urbano, basta o escritor ou o artista em geral sair à sacada de sua varanda para ter a noção de que apenas um ponto de vista sobre a cidade não é suficiente para dar conta de sua contaminação por tudo aquilo que ele vê acontecer na rua.

2. O senhor adota, frequentemente, a noção de literatura enquanto representação, no sentido de considerar que a/uma cidade ou outra espécie de realidade é transposta para o material escrito. Essa perspectiva aparece nas ideias de “retrato” e “sintoma”: elementos textuais espelhariam certo estado de coisas real (ver, por exemplo,

PECHMAN; KUSTER, 2007). Porém, o senhor também indica que a criação literária pode mais *dar sentido a* do que reproduzir algo real e, nesse processo, reinventar a cidade, construir imagens do que esta deve ou pode ser. Como o senhor concebe a relação entre literatura e realidade? É possível caracterizar o modo especificamente literário de lidar com o que é percebido como real?

Há um livro do historiador Paul Veyne cujo título ajuda muito a pensar o imaginário e as representações sobre o real. O livro se intitula *Os gregos acreditavam em seus mitos?*. Tal indagação, diz Veyne, não faz muito sentido pois a noção de verdade dos gregos vincula-se à experiência cotidiana e à credibilidade do locutor. O mito, portanto, não é verdadeiro nem falso, conclui Veyne, que afirma que a “verdade” quer dizer muitas coisas e pode até abranger a literatura de ficção.

Diz-se de *Werther*, de Goethe, que muita gente se suicidou depois de ler o livro. Nos países totalitários ou sob ditadura, muita ficção foi proibida pois entendida como “verdade”, os nazistas queimaram montanhas de livros perigosos. Por que tudo isso se a ficção não fosse verdadeira?

A ficção é uma outra verdade, possível desde que se a veja como um diálogo com a realidade, não como representação da realidade, mas como uma mimese da realidade, ou seja, uma parte representação e outra parte imaginário, uma parte é uma boca que fala e outra parte é um ouvido que escuta e “traduz”, à sua maneira, essa escuta. Nesse sentido entendemos que o modo literário de lidar com o real não é o que importa, segundo afirma Luiz Costa Lima em seu livro *O controle do imaginário*. Segundo este, “Mesmo quando a semelhança com o modelo seja visível, não é essa visibilidade em si que importa, não é o seu caráter de cópia o traço substantivo, mas sim, o processo de transformação que se opera... Ou seja, o decisivo na constituição da mimese é a produção de uma encenação, que menos repete um modelo do que implica a organização de uma resposta ao mesmo, empreendida ao nível do sensível”.

3. Textos seus sugerem que a literatura tem (ou pode ter) várias funções (éticas, políticas), no que toca à vida nas cidades. A literatura pode, em Rubem Fonseca, incitar o leitor a se defender “contra a cultura de massas que assola a cidade, contra a deterioração das relações humanas”; pode nomear as coisas do mundo e, assim, conferir sentido às práticas humanas (PECHMAN, 2017, pp. 152 e 157). Pode, na literatura de costumes produzida

na primeira metade do século XIX, “inventar” a cidade e, pois, estimular uma adesão à “convivialidade urbana, princípio elementar da existência da própria cidade” (PECHMAN, 2002, p. 175). Essas funções parecem definir, na verdade, uma só: a de propor a cidade como espaço compartilhável, “lugar de coabitação cidadã” (PECHMAN; KUSTER, 2007, p. 598). Na sua opinião, qual ou quais funções a literatura exerce ou poderia exercer, atualmente, em relação às cidades brasileiras?

Essa é uma questão muito complicada no que diz respeito ao desgaste da linguagem na atualidade no Brasil, quando esta vai sendo lentamente envenenada pelas fake news. Não esqueçamos da importância da linguagem na reformulação de uma certa verdade do mundo que vinha sendo elaborada desde a Renascença, a partir da qual pudemos saber que a Terra era, e continua sendo, redonda, a despeito da narrativa terraplanista. Ou seja, há uma verdadeira desestabilização da linguagem a partir da ressignificação dos conceitos que tradicionalmente usamos para entender os sentidos possíveis que damos ao mundo, à vida e à nossa própria existência no mundo, no que diz respeito aos conceitos universais como nação, pátria, liberdade, democracia, direitos etc.

Quanto ao papel que a literatura deveria exercer em relação às cidades brasileiras, seria o mesmo que ela sempre teve: “ensinar” a cidade, no sentido de mostrar que a experiência humana e urbana pode ser ilimitada. A literatura deveria ser uma espécie de Guia Afetivo da cidade mostrando os caminhos que possibilitassem a redescoberta do que Anne Cauquelin chamou de ‘philia’, ou seja, a predisposição para a sociabilidade.

4. O senhor indica que a literatura brasileira nasce na primeira metade do século XIX, “pela pena do escritor branco” (PECHMAN, 2007, p. 31). Além do homem branco, majoritário, outras autoras e autores produziram literatura no Brasil. Podemos destacar escritas feitas por negras e negros e por indígenas, das quais algumas tematizam cidades (por exemplo, em obras de Carolina Maria de Jesus e Daniel Munduruku). De que modo tais criações textuais poderiam problematizar a concepção de “literatura brasileira” e o cânone nacional? Como poderiam contribuir para se rever o que se entende ou se deseja por “cidade”?

Li Carolina de Jesus há mais de 30 anos, os outros eu não conheço e não saberia opinar quanto à possibilidade de uma outra literatura brasileira. No que diz respeito à contribuição dos autores na compreensão do que se

deseja por cidade, talvez possamos lembrar, como exemplo, o livro de Geovani Martins, *O sol na cabeça*. Não importa a sua biografia de ter nascido em Bangu, morar na Rocinha ou no Vidigal. O importante, na verdade, é que ele é um escritor e ponto. E importa que, como escritor, ele tem o condão de nos revelar um mundo periférico, espacial, emocional, econômico e cultural que está muito longe de ser o Rio de Janeiro dos cartões-postais. Portanto, não importa que o escritor seja morador de periferia, negro ou índio, o que interessa é como ele vive a cidade e nos conta alguma coisa dela que nos comove e instiga nosso olhar na ousadia de encarar de frente esse pedaço de cidade tão varrido pra debaixo do tapete. Com tudo isso, no entanto, acho importante que esses escritores de fora do mundo branco possam externar sua visão como protagonistas de sua própria história e também da história brasileira.

5. Em “Desconstruindo a cidade: cenários para a nova literatura urbana”, o senhor, com base em ideias de Renato Cordeiro Gomes, afirma que “a literatura urbana brasileira dos últimos 30 anos, na contramão da tradição literária nacional, tem desprezado os chãos da cidade que dão suporte (material, cultural, simbólico e imaginário) a seus personagens e os tem substituído por cenários que não remetem mais ao espaço geográfico que produz

essas marcas identitárias localistas” (PECHMAN, 2007, p. 32). Nessa produção literária, os personagens “parecem completamente descompromissados com a cidade e todo o caudal de urbanidade e sociabilidade que ela induz” (PECHMAN, 2007, p. 33). Salvo engano, os comentários dirigiram-se, especificamente, à literatura que tematizava a cidade do Rio de Janeiro. Na sua opinião, o processo descrito prossegue, ainda que com variações, na literatura brasileira publicada atualmente?

O descompromisso para com a cidade e o desprezo pela esfera pública, hoje em dia, não são só privilégios do Rio de Janeiro, na medida em que observamos que a falta de urbanidade se generalizou Brasil afora a partir de uma mesma matriz: a violência. A violência isola, não faz laço social e interdita os vínculos tradicionais construídos na e pela cidade. Afora isso, embora com potencial de expandir os contatos e os vínculos, o mundo virtual tira o chão da cidade, tira o chão das pessoas e as faz flutuar num mundo sem corpo e numa cidade vazia de alma, apenas montadas em algoritmos e bites, sem uma pinga de “açúcar e afeto”.

Robert Castel atribuiu esse minguar da cidade, essa falta de adesão ao laço social, ao excesso de subjetividade que desprende o indivíduo do social. Essa psicologização

das relações joga contra a própria capacidade de vínculo. Nesse sentido a cidade como lugar do encontro, da urbanidade e da civilidade vai encolhendo e se tornando cada vez menos familiar. Evidentemente que a literatura brasileira vem acompanhando esse processo, que de maneira diferenciada se amplia por todo o país. Tomo como exemplo o conto do baiano Carlos Ribeiro saído no livro icônico dos novos autores nacionais, intitulado *Geração 90. Manuscritos de computador*. No conto “Imagens urbanas”, o personagem de Ribeiro vive num prédio de 15 andares e é medroso de baixar à rua. Por isso mesmo se abstém de contatar as pessoas, com medo de sofrer alguma violência, vivendo de imaginar como seriam aqueles seres que circulavam pela cidade: “O homem se sente vazio... a cidade pesa em seu espírito. É hora, caro leitor, de ajudar esse homem a segurar seu fardo”.

6. O senhor descreve – inclusive a partir de autores como Robert Castel e Francisco Ortega – um processo que tem desfeito a cidade, no qual o individualismo sobrepuja o “pertencimento ao coletivo”, “o limite entre o público e o privado é indefinido”, de modo que a “cidade clássica” cede passagem à “cidade perversa” (PECHMAN, 2017, p. 155). Nesse percurso, inclusive no Brasil, a cidade deixa de sustentar-se no que o senhor chama de

“pacto urbano”, isto é, em uma convivência entre diferentes definida por valores como a solidariedade e o respeito. É desejável “fazer a cidade *voltar* à sua condição de lugar de compartilhamento da existência” (PECHMAN; KUSTER, 2007, p. 598; grifo meu). Esse processo caracteriza, de fato, a história das cidades brasileiras? O Brasil urbano, ressalta o urbanista Roberto Andrés (2020), formou-se “a partir da exclusão da população pobre, grande parte dela integrada por negros”. Ademais, nossa urbe tem-se construído sempre em confronto com povos indígenas e suas terras. Entre nós já vigorou algum “pacto urbano”?

Não há sociedade sem pacto, não há cidade sem pacto. Fora disso é o “estado de natureza”. Não estou afirmando que o pacto seja bom ou maldito. Vejo o pacto como um discurso do poder, que minimamente cimenta uma certa ordem social e urbana, a fim de evitar a luta de todos contra todos. No entanto, segundo Renato Janine, em *A marca do Leviatã*, no pacto, uns são soberanos e outros são súditos, e quem é livre de todas as obrigações é senhor daqueles que ainda continuam obrigados. A soberania não resulta de uma resolução dos signatários do pacto, mas de um inevitável combate entre todos os que estariam ausentes do contrato.

Quando a experiência da urbanidade começa a rater na cidade, isso parece apontar para os estertores do pacto urbano e a promessa do que alguns autores chamam de “*après ville*”, ou seja, o “após a cidade”, coisa que ninguém sabe muito bem o que seria, mas supõe a ideia de uma *cidade perversa*. Talvez possamos afirmar que a cidade sem pacto urbano estará transitando de um modelo clássico de cidade para aquilo que o filósofo Dany-Robert Dufour chamou de cidade perversa. Nesse sentido, a Cidade Clássica seria uma cidade que obedece às leis criadas pelos homens para escapar às leis da natureza e a Cidade Perversa é aquela que se empenha em colocar em primeiro plano as leis da natureza. Dito de outra maneira, segundo Dufour: o funcionamento pulsional será privilegiado sobre o funcionamento simbólico.

Enfim, a Cultura é o único remédio a nos salvar da ruptura do pacto e nos possibilitar sua redefinição em favor de um funcionamento simbólico que conduza à experiência coletiva da urbanidade.

7. Um de seus textos constata: “As grandes cidades estão doentes. Seus sintomas: a quebra da sociabilidade e a irrupção rotineira da violência. Diante disso, ecoa na sociedade um clamor por ordem”, isto é, por uma ordem de natureza policial (PECHMAN; KUSTER, 2007,

p. 593). Esse quadro pode descrever, também, o Brasil atual? Especificamente, é adequado para definir o contexto responsável pela ascensão de Jair Bolsonaro e da “onda bolsonarista”?

O fenômeno do bolsonarismo é pouco urbano no sentido de fazer da cidade o suporte de suas ações e práticas, ou seja, a cidade como cenário da política e do político. Esse fenômeno mobiliza mais a linguagem que a dimensão física dos corpos em protesto na rua. Todo dissenso ou consenso está na disputa de narrativas que circulam na virtualidade. Nesse sentido, em vez do urbano, o bolsonarismo quer ter se apossado da urbanidade. Ou seja sua agenda de costumes impõe comportamentos arcaicos pouco compatíveis com as características das cidades-mundo atuais. “Cagando regras” (o espírito bolsonarista baixou!), o bolsonarismo consegue ser contemporâneo e arcaico ao mesmo tempo. Contemporâneo porque conquistou o espaço cibernético e destituiu a política, arcaico porque faz do poder uma negação destruidora das conquistas civilizatórias, assim com a saúde, os direitos, o meio ambiente, a cultura e, fundamentalmente, o respeito pela vida.

8. A pandemia da covid-19 ressaltou problemas sociais que dificultam, sobretudo para a população mais pobre,

a vida nas cidades brasileiras. Realçou que estas foram e são produzidas segundo concepções e práticas segregadoras, especialmente hostis a certos grupos humanos e não humanos. Salientou a necessidade e a urgência de nossas cidades serem repensadas e reconstruídas. No ensaio “Traços humanos nas superfícies do mundo”, Judith Butler (2020) acredita que a pandemia permite antever uma possível política global de solidariedade. Por sua vez, Daniel Munduruku (2020) pensa que o sistema capitalista se tornará mais destrutivo na prometida “normalidade” pós-pandêmica. Ante horrores e lutas, qual Brasil e qual planeta o senhor poderia prefigurar?

Uau! Como leitor voraz de Rubem Fonseca, tendo a achar que isso vai dar merda. Nesse momento o mundo está mostrando o pior de si ao votar nos projetos da extrema direita. Mas, no entanto, se formos olhar com mais cuidado a obra de Fonseca e de outros escritores contemporâneos, podemos divisar uma grande ternura pelos desvalidos e pela própria cidade como lugar de solidariedade. Veja-se o conto “A arte de andar pelas ruas do Rio”, que revela uma verdadeira comunhão do autor com a cidade. Assim, se por um lado temos o prenúncio da tragédia, por outro temos a expectativa da comunhão e da solidariedade. Mas, melhor do que prever horrores ou glórias para as cidades e para o mundo, é deixar falar

Ítalo Calvino, autor de *As cidades invisíveis*. Ao descrever a cidade de Zenóbia, Calvino se vê diante do dilema de classificá-la como feliz ou infeliz. Assim sendo o autor conclui que: “é inútil determinar se Zenóbia deva ser classificada entre as cidades felizes ou infelizes. Não faz sentido dividir a cidade nessas duas categorias, mas em outras duas: aquelas que continuam ao longo dos anos e das mutações a dar forma aos desejos e aquelas em que os desejos conseguem cancelar a cidade ou são por esta cancelados”.

REFERÊNCIAS CITADAS PELO ENTREVISTADOR

ANDRÉS, Roberto. A dupla exclusão. Como a quarentena joga luz sobre as crises do clima e das cidades. **Revista piauí**, edição 165, jun. 2020. Disponível em: < <https://piaui.folha.uol.com.br/materia/a-dupla-exclusao/> >. Acesso em 16 abr. 2021.

BUTLER, Judith. Traços humanos nas superfícies do mundo. Trad. André Arias, Clara Barzaghi. 2020. Disponível em: < <https://www.n-1edicoes.org/textos/75> >. Acesso em: 17 abr. 2021.

MUNDURUKU, Daniel; VIEIRA, Tiago de Holanda Padilha; NUNEZ, Cesar Augusto López. “A existência é forjada a partir de narrativas” – Entrevista com Daniel Munduruku. **Revista Em Tese**, v. 26, n. 1, p. 329-336, jan.-abr. 2020. Disponível em: < <http://www.periodicos.letras.ufmg.br/index.php/emtese/article/view/18038> >. Acesso em: 16 abr. 2021.

PECHMAN, Robert Moses. Cai a noite sobre a cidade – Imagens sorrateiras da urbe na pintura de Jan Siebert. **e-metropolis – Revista eletrônica de estudos urbanos e regionais**, ano 9, n. 33, p. 74-81, jun. 2018. Disponível em: < <http://emetropolis.net/artigo/257?name=cai-a-noite-sobre-a-cidade> >. Acesso em: 10 mar. 2021.

_____. “A cidade não é aquilo que se vê do Pão de Açúcar”: narrativas urbanas em Rubem Fonseca. **Redisco**, v. 12, n. 2, p. 149-161, 2017. Disponível em: < <https://periodicos2.uesb.br/index.php/redisco/article/view/2398> >. Acesso em: 10 mar. 2021.

_____. Desconstruindo a cidade: cenários para a nova literatura urbana. **Revista Rio de Janeiro**, n. 20-21, jan.-dez. 2007.

_____. **Cidades estreitamente vigiadas**: o detetive e o urbanista. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2002.

PECHMAN, Robert Moses; FIRMO, Walter. Nas frestas da cidade. **e-metropolis – Revista eletrônica de estudos urbanos e regionais**, ano 11, n. 40, mar. 2020. Disponível em: < <http://emetropolis.net/artigo/316?name=nas-frestas-da-cidade> >. Acesso em: 10 mar. 2021.

PECHMAN, Robert Moses; KUSTER, Eliana. Da ordem. Da cidade. Da literatura: personagens à beira do “ruim do mundo”. **Sociedade e Estado**, v. 22, n. 3, p. 593-620, set.-dez. 2007. Disponível em: < <https://www.scielo.br/pdf/se/v22n3/05.pdf> >. Acesso em: 09 mar. 2021.